



22
A

PORTARIA Nº 6.830, DE 28 DE JUNHO DE 2021

**NOMEIA COMISSÃO PROCESSANTE
DISCIPLINAR PERMANENTE.**

MARCUS VINÍCIUS FERREIRA CARVALHO, Prefeito Municipal de Brasília de Minas, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar, nos termos do Art. 153 da Lei nº 1.589/2002, a Comissão Processante Disciplinar Permanente, para apurar responsabilidade e determinar aplicação de penalidade a Agente Público Municipal, por falta disciplinar praticada no exercício de suas atribuições, sendo esta composta dos seguintes servidores públicos municipais estáveis:

- **Hugo Vinícius Muniz Meira – Presidente**
- **Gildete Fonseca – Membro**
- **Genesco Rodrigues Silqueira Júnior – Membro**
- **Gilmar Batista Barbosa – Suplente**
- **Rita de Cássia Botelho César – Suplente**

Art. 2º - Fica o presidente da Comissão autorizado a convocar outros agentes públicos municipais para auxiliar nos trabalhos, desde que não participem direta ou indiretamente na decisão da Comissão.

Art. 3º - Os procedimentos que regerão os trabalhos da Comissão Processante Disciplinar Permanente são os contidos na Lei nº 1.589/2002 e leis pertinentes no que couber.

Art. 4º - Sempre que necessário, a comissão dedicará tempo integral aos seus trabalhos, ficando seus membros dispensados do ponto, até a entrega do relatório final, a teor do que dispõe o parágrafo único do art. 156 da Lei Municipal nº 1.589/2002.

Art. 5º - Pelos encargos assumidos nas atribuições funcionais da Presidência da Comissão fica concedida gratificação de função por produtividade de 50% (cinquenta por cento) sobre o vencimento básico do cargo efetivo, conforme Art. 58 da Lei 1.591/2002.

Parágrafo Primeiro - Aos demais membros fica concedido adicional de produtividade no percentual de 25% (vinte e cinco por cento) sobre seus vencimentos básicos.

Parágrafo Segundo - As gratificações serão concedidas por cada processo em que a comissão atuar, devendo ser paga após a conclusão dos trabalhos.





PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASÍLIA DE MINAS
Estado de Minas Gerais
Gabinete do Prefeito

32

Art. 6º - O presidente da Comissão Processante Disciplinar Permanente deverá encaminhar ofício convocando o servidor membro da comissão, ao seu superior hierárquico, o qual deverá liberar o servidor para exercer os trabalhos na data e horários designados para a reunião da Comissão.

Art. 7º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 6.658/2021

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

Prefeitura Municipal de Brasília de Minas/MG, 28 de julho de 2021


MARCUS VINÍCIUS FERREIRA CARVALHO
Prefeito Municipal de Brasília de Minas/MG



BRASILIA DE MINAS
Trabalho, Solidariedade e Competência



Prefeitura Municipal de Brasília de Minas
Secretaria Municipal de Planejamento Fazenda
e Gestão

Rua Coronel Sansão, nº 375 – Centro – CEP: 39330-000 – Minas Gerais Tel: 3231-1515

PORTARIA SMPFG Nº 001, DE 26 DE ABRIL DE 2022

Instaura Processo
Administrativo Disciplinar

O Secretário Municipal de Planejamento, Fazenda e Gestão, nos usos de suas atribuições e considerando a recomendação exarada na representação nº 1088889 do TCEMG e solicitação do executivo municipal,

RESOLVE :

Art 1º- Determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar para apurar suposta violação do artigo 123 – “*Ressalvados os casos previstos na Constituição Federal, é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos.*”, constante da Lei 1.589/02- Estatuto dos Servidores Públicos de Brasília de Minas, no período compreendido entre janeiro de 2017 a maio de 2018 atribuídos ao servidor Rodrigo Honorato Marques, Masp. 7995, ocupante do cargo de Médico do Trabalho da Prefeitura Municipal de Brasília de Minas, conforme consta dos autos do Processo nº 001/2022.

Art. 2º- Fica designada a Comissão Processante Disciplinar instituída pela portaria 6.830/2021, composta pelos servidores Gildete Fonseca, Gilmar Batista Barbosa e Hugo Vinicius Muniz Meira, para sob a Presidência deste encarregarem-se dos respectivos trabalhos, até final conclusão.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Brasília de Minas aos 26 de abril de 2022

Antônio Ademar Afonso Ruas
Secretário Municipal de Planejamento Fazenda e Gestão



05
8

Brasília de Minas/MG, 18 de fevereiro de 2022.

Assunto: **Abertura de Processo Administrativo**

De: **Gabinete do Prefeito**

Para: **Comissão Disciplinar do Município de Brasília de Minas**

Prezados Membros da Comissão Disciplinar,

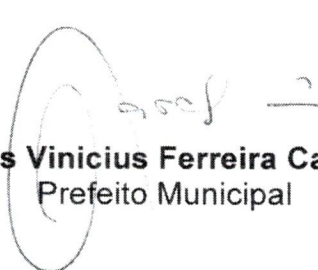
Em cumprimento a recomendação exarada na representação nº 1088889 enviada pelo Tribunal de Contas de Minas Gerais ao município de Brasília de Minas, determino a abertura de Processo Administrativo para apurar supostas irregularidades concernentes ao exercício de cargos públicos, com incompatibilidade de jornada de trabalho, pelo servidor **RODRIGO HONORATO MARQUES**, nos moldes da decisão anexa.

Desse modo, para fins de andamento no procedimento, encaminho o presente no qual se espera providências, sobretudo, para verificar se o servidor Rodrigo Honorato Marques, durante o período em que foi contratado pela gestão de janeiro de 2017 a maio de 2018, prestou os serviços públicos para os quais foi admitido ou contratado.

Após concluído o processo disciplinar administrativo, caso comprovada a não execução, parcial ou total, da jornada de trabalho que seja encaminhada a conclusão do PAD para tomada de medidas.

Solicito ainda, prioridade na presente tramitação visando agilidade na comunicação ao Egrégio Tribunal e averiguação de possível danos ao erário.

Atenciosamente,


Marcus Vinicius Ferreira Carvalho
Prefeito Municipal

**SENHOR HUGO VINÍCIUS MUNIZ MEIRA - PRESIDENTE DA COMISSÃO DO
PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR (PAD) COM MASP Nº 8.150 DO
MUNICÍPIO DE BRASÍLIA DE MINAS -MG**

RODRIGO HONORATO MARQUES, servidor público, residente na Rua Luiz Souza Guedes, nº 152, Bairro Centro, CEP: 39.400-028, Montes Claros/MG, vem, por meio da sua procuradora, **DRA. VÂNIA ERENI LIMA VIEIRA**, advogada, inscrita na OAB/MG sob o registro de nº 109.372, com escritório na Av. Cula Mangabeira, nº. 210, Sala 708, Bairro Santo Expedito, na cidade de Montes Claros, MG, CEP.: 39.401-001, devidamente constituída (doc. anexo), em atendimento a citação realizada por meio da notificação prévia em 30 de abril de 2022, vem apresentar **DEFESA ESCRITA**, com o intuito de contribuir com esta instituição no sentido de esclarecer os pontos controvertidos e demonstrar sua boa-fé.

1. DA TEMPESTIVIDADE

O **RODRIGO HONORATO MARQUES** foi notificado em 30 de abril de 2022, via *e-mail* (tributosbmmg@gmail.com) com prazo de 10 dias para apresentação da defesa escrita, sendo, portanto, tempestiva.

2. DO RELATÓRIO

Conforme extraído dos autos Processo Administrativo Disciplinar (PAD), instaurado em 26 de abril de 2022 por meio da Portaria nº 001, se referem a designação de uma Comissão Processante, pela Portaria nº 6.830/2021, em cumprimento ao disposto no art.147 da Lei nº 1.589/02 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, que **NOTIFICA o Sr. Rodrigo Honorato Marques**, conforme recomendação exarada na representação nº 1088889 do TCE/MG, para apurar o cumprimento das atribuições inerentes ao cargo ocupado conforme narra o comunicado interno anexo.

O referido Processo Administrativo tem como finalidade, conforme às fls. 05: “[...] verificar se o Servidor Rodrigo Honorato Marques, durante o período de janeiro de 2017 a maio de 2018, prestou os serviços para os quais foi admitido ou contratado”.

Segue os documentos e argumentos que comprovam o integral cumprimento das atribuições do servidor.

3. DOS ARGUMENTOS E DOCUMENTOS QUE COMPROVAM O CUMPRIMENTO DAS ATRIBUIÇÕES NO PERÍODO SOLICITADO (2017 – 2018).

Inicialmente destaca-se que a Procuradoria-Geral do Município, Sr. Darley Antunes Simões por meio do Ofício n.º 173/2018, protocolizado sob o n.º 0004782810/2018, apresentou cópias dos seguintes documentos: Ofício n.º 05/2018, datado de 13/8/2019, em que o servidor descreve suas atividades como médico do trabalho; Lei n.º 1.951/2015, de 29 de junho de 2015 [...]; Termo de Posse, assinado e datado em 1/2/2016; **Folha de Ponto**, em formato manual, referente ao período de janeiro/2017 a abril/2018.

Nesse cenário, a folha de ponto apresentada pelo Município de Brasília de Minas, em formato manual (juntada na Representação nº 1088889 do TCEMG), **foi**

assinada regularmente pelo Sr. Rodrigo Honorato Marques (os quais estão sob a responsabilidade do Município de Brasília de Minas). Nesse sentido, a comissão processante, caso considere necessário, pode requerer que sejam apresentados nos autos do presente PAD.

Destarte, cumpre-nos destacar que não cabe ao servidor **determinar a forma como deveriam ser registrados os pontos** (manual ou eletronicamente) e arquivar os laudos periciais por ele realizados, uma vez que são atribuições da Administração Pública. Assim, o Município de Brasília de Minas forneceu as cópias dos referidos pontos, devidamente assinados, e dos laudos periciais, comprovando o trabalho realizado na sua integralidade na Representação perante o TCE.

Além da folha de ponto, no período discutido no presente PAD, foram elaboradas orientações pelo Município de Brasília de Minas para agendamento prévio e envio dos relatórios médicos. Os agendamentos foram realizados e o servidor os cumpriu integralmente. **Destaca-se que os horários e dias variavam de acordo com a demanda previamente agendada.**

Os relatórios (doc. 1 e 2 anexos) comprovam que o servidor cumpriu rigorosamente as exigências do município, e a carga horária designada. Nesse sentido, ressalta-se que o servidor Rodrigo Honorato Marques, **durante o período de janeiro de 2017 a maio de 2018, prestou os serviços, cumpriu a carga horária para os quais foi contratado integralmente.**

As orientações exaradas pelo nos anos de 2017 e 2018, com informações sobre o agendamento e realização de perícias médicas (anexo nº 4) foram cumpridas pelo servidor Dr. Rodrigo Honorato Marques, no formato abaixo apresentado:

gg

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DE BRASÍLIA
DE MINAS – BRASÍLIA DEMINAS PREV
IDENTIFICAÇÃO DO SERVIDOR

NOME: _____
DATA DE NASCIMENTO: ____/____/____ ESTADO CIVIL: _____
RG: _____ CPF: _____ PIS: _____
NOME DO PAI: _____
NOME DA MÃE: _____
CARGO: _____
DESVIO DE FUNÇÃO (SE HOUVER): _____
ÓRGÃO DE LOTAÇÃO: _____

ANAMNESE, RELATÓRIO MÉDICO E OBSERVAÇÕES

EXAMES (ANEXAR CÓPIAS)

Resultado de Exame Médico

CID: _____
Início da incapacidade (se houver): ____/____/____
Data do Afastamento: ____/____/____ Retorno: ____/____/____
Novo exame médico pericial para ____/____/____

CONCLUSÃO

- I ☐ Não existe incapacidade para o trabalho, sendo considerado apto.
II ☐ Existe incapacidade para o trabalho do dia ____ até o dia ____, devendo reassumir no dia imediato a esta data.
III ☐ Existe incapacidade para o trabalho do dia ____ até o dia ____, devendo voltar para uma nova perícia 08 dias antes do término do período.
IV ☐ Licença Maternidade de 120 (cento e vinte) dias, no período de ____ a ____, devendo reassumir no dia imediato ao término do período.
V ☐ Readaptação funcional de ____/____/____ a ____/____/____, devendo retornar às atividades no término desta.
VI ☐ Readaptação funcional definitiva a partir de ____.
VII ☐ Reabilitação: _____

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DE BRASÍLIA
DE MINAS – BRASÍLIA DEMINAS PREV

Observações: _____

IX ☐ Licença Assistência até ____.
X ☐ Incapacidade definitiva para o trabalho a partir de ____.

TIPO XI ☐ Incapacidade decorrente de acidente de trabalho? ☐ SIM ☐ NÃO

Afastamento de ____/____/____ a ____/____/____

TIPO XII ☐ Incapacidade decorrente de Doença Profissional/Ocupacional

BRASÍLIA DE MINAS ____ de ____ de ____

Médico perito
(assinatura e carimbo)

Na sequência, segue o rol da documentação enviada anexo, que comprovaram o cumprimento da jornada de trabalho e das atribuições conferidas ao Dr. Rodrigo Honorato Marques, **restando inequívoca a inexistência de irregularidades e de prejuízo ao erário, e por razões de justiça, solicita o reconhecimento pela comissão processante de que o Dr. Rodrigo Honorato Marques cumpriu suas atribuições integralmente e de que não causou danos ao erário.**

Nesse sentido, a partir dos agendamentos e solicitações foram realizados os atendimentos e gerados os relatórios das perícias médicas realizadas pelo Dr. Rodrigo Honorato Marques **nos anos de 2017 e 2018, conforme solicitado, documentos anexos.**

Os relatórios dos laudos periciais que comprovam o desempenho das funções por meio das perícias cumpridos tempestivamente, abaixo organizados:

ANEXO 1

Relatórios das Perícias Realizadas em 2017 (123 páginas).

ANEXO 2

Relatórios das Perícias Realizadas em 2018 (102 páginas).

ANEXO 3

Ofício nº 101 – 2018 e o Relatório de Inspeção realizada por Dr. Rodrigo Honorato Marques e Adilson Bento de Araújo do Setor de Radiologia em 2018.

24
24

ANEXO 4

Orientações exaradas pelo nos anos de 2017 e 2018, com informações sobre o agendamento e realização das perícias médicas.

Além das perícias realizadas e comprovadas mediante os agendamentos (docs. Anexo) o Dr. Rodrigo Honorato **atendeu pacientes e realizou perícias presencialmente de acordo com os agendamentos, e nos demais dias se dedicava à elaboração de laudos, avaliações, e envio de documentos por telemedicina.**

Ressalta-se que o servidor Rodrigo Honorato Marques, continua ativo como Médico do trabalho, e que levou comprovação ao município de Brasília de Minas das suas exonerações dos outros vínculos.

Nesse contexto, extrai-se dos autos da representação que em relação ao Município e Brasília de Minas, **não há acúmulo de cargos indevido.**

Por fim, é de se consignar que imediatamente após ser notificado do suposto acúmulo indevido, o servidor, cumprindo seu dever, solicitou a exoneração dos cargos/funções incompatíveis e optou pelos 2 cargos efetivos e compatíveis com o Artigo 37, XI "c" da CRFB/88 e consoante interpretação autorizada do artigo 133 da Lei nº 8.112/90 (com redação conferida pela Lei nº 9.527, de 10.12.97).

Destarte, o Dr, Rodrigo Honorato Marques, cumpriu rigorosamente a jornada de trabalho, comprovado nos registros dos pontos e dos laudos periciais realizados (conforme a organização específica do órgão responsável).

Assim sendo, **observa-se a boa-fé do Dr. Rodrigo Honorato Marques em relação a administração pública, além de inexistir danos ao erário.**

25/8

Diante do exposto, resta demonstrado o cumprimento das atribuições e o cumprimento das solicitações feitas pela comissão processante.

4. DOS PEDIDOS

Requer:

4.1 O recebimento da presente defesa e a confirmação de que os relatórios dos laudos periciais apresentados (anexo) **comprovam o efetivo cumprimento da carga horária contratada no período de 2017 e 2018.**

4.2 A apresentação dos pontos assinados e demais documentos que estejam sob a tutela do setor responsável do Município que possam confirmar o **efetivo cumprimento das atribuições e da carga horária contratada.**

4.3 o reconhecimento de **que não houve nenhum prejuízo para o erário**, diante do cumprimento integral da carga horária contratada.

4.3 o reconhecimento de que a documentação apresentada nos autos da representação nº 1088889 do TCEMG às fls. 07, 08, 10 a 14 e 21 **comprovou regularização da situação funcional do servidor, uma vez que foi realizada a comprovação da exoneração dos cargos incompatíveis**, imediatamente após a notificação, **demonstrando a boa-fé do Dr. Rodrigo Honorato Marques.**

g6g

4.4 seja extinto/arquivado o presente processo administrativo, diante da comprovação argumentativa e documental por meio da presente defesa, de que o Sr, Rodrigo Honorato Marques, cumpriu todas as atribuições para as quais foi contratado, **não restando prejuízos ao erário ou irregularidades no seu vínculo com o Município de Brasília de Minas.**

Montes Claros, 09 de maio de 2022

Dra. Vânia Ereni Lima Vieira

OAB/MG – 109.372



Município de Brasília de Minas
Estado de Minas Gerais

Ofício nº: 005/2022

Brasília de Minas, 29 de junho de 2022

Assunto: solicitação de documentos

Ilma. Sra.

Cumprimentando-a cordialmente, diante da constatação de ocupação de 5 cargos concomitantemente nos municípios de Brasília de Minas, Japonvar, Mirabela, Itacarambi e São João das Missões no período de janeiro de 2017 a maio de 2018, solicitamos que apresente a relação de cargos que o servidor ocupa atualmente e certidão atualizada de vínculo que comprove que possui vínculo ou cargo, ou que declare a exoneração e ausência de vínculo com os municípios acima listados, para que possamos esclarecer a situação do servidor Rodrigo Honorato Marques e dar continuidade nos trâmites do Processo Administrativo Disciplinar.

Na oportunidade, renovo os votos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

Gildete Fonseca

Secretaria da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar MASP- 7.593

Ilmo. Sr.

Vania Ereni Vieira Lima

Advogada



Instituto de Previdência e Assistência Social de Itacarambi

CNPJ nº 25.208.547/0001-08

Rua Brasília, 346 sobreloja – centro – Itacarambi – MG.

Tel: (38) 3613 - 1212

516
G
2

Portaria nº 09, de 26 de Abril de 2018.

Exonera Servidor Ocupante Cargo Comissionado

Darcília Ferreira de Souza Oliveira, Diretora Superintendente do Instituto de Previdência e Assistência Social de Itacarambi - IPREMI, no uso de suas atribuições legais e competências legais previstas na Lei Municipal nº 1352 de 28 de junho de 2005 resolve:

Art. 1º - Exonerar, o servidor abaixo relacionado, ocupante de cargo comissionado do Instituto de Previdência e Assistência Social de Itacarambi, a partir desta data.

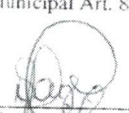
NOME	CARGO
Rodrigo Honorato Marques	Perito

CUMPRASE

Itacarambi, 26 de Abril de 2018.


Darcília Ferreira de Souza Oliveira
Diretora Superintendente

Publicado por afixação no
QUADRO MURAL DA PREFEITURA
e IPREMI no dia 26/04/2018, conforme
Lei Orgânica Municipal Art. 86.



Servidor Responsável



Instituto de Previdência e Assistência Social de Itacarambi

CNPJ nº 25.208.547/0001-08

Rua Brasília, 346 sobreloja – centro – Itacarambi – MG.

Tel: (38) 3613 - 1212

Portaria 015/2017

Nomeia Médico Perito

Darcília Ferreira de Souza Oliveira, Diretor Superintendente do Instituto de Previdência e Assistência Social de Itacarambi - IPREMI, no uso de suas atribuições legais e competências legais previstas na Lei Municipal nº 1352 de 28 de junho de 2005, e ainda de acordo com o Art. 3º, Anexo I-D da Lei Municipal nº 1363, de 06 de outubro de 2005 resolve:

Art. 1º - Nomeia **Rodrigo Honorato Marques** para ocupar o cargo de Médico Perito do Instituto de Previdência e Assistência Social de Itacarambi, a partir desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE, PUBLIQUE, CUMPRA-SE.
Itacarambi, 03 de Abril de 2017.

Darcília Ferreira de Souza Oliveira
Diretor Superintendente

Publicado por afixação no QUADRO MURAL DA PREFEITURA e IPREMI no dia 03/04/2017, conforme lei Orgânica Municipal Art. 86.

Servidor Responsável

**SENHOR HUGO VINÍCIUS MUNIZ MEIRA - PRESIDENTE DA COMISSÃO DO
PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR (PAD) COM MASP Nº 8.150 DO
MUNICIPIO DE BRASÍLIA DE MINAS -MG**

RODRIGO HONORATO MARQUES, servidor público, residente na Rua Luiz Souza Guedes, nº 152, Bairro Centro, CEP: 39.400-028, Montes Claros/MG, vem, por meio da sua procuradora, **DRA. VÂNIA ERENI LIMA VIEIRA**, advogada, inscrita na OAB/MG sob o registro de nº 109.372, com escritório na Av. Cula Mangabeira, nº. 210, Sala 708, Bairro Santo Expedito, na cidade de Montes Claros, MG, CEP.: 39.401-001, devidamente constituída (doc. anexo), **em atendimento ao Ofício nº 005/2022**, vem apresentar o cargo (apenas 01) que o servidor ocupa atualmente, e a relação dos cargos que foi exonerado, com o intuito de contribuir com esta instituição no sentido de esclarecer os pontos controvertidos e demonstrar sua boa-fé.

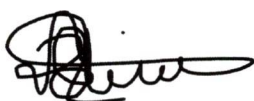
1. Cargo com vínculo atual

1.1 Município de Brasília de Minas.

Segue anexo os documentos comprobatório das exonerações e reajuste/redução de carga horária:

1. **Doc. nº 1** - Portaria nº 002/2018 de 25 de abril de 2018 que exonera a pedido o servidor **Rodrigo Honorato Marques** do Instituto de Previdência Municipal de **São João das Missões**.
2. **Doc nº 2** - Portaria nº 158-A de 02 de outubro de 2017 que exonera o Diretor Clínico **Rodrigo Honorato Marques** do Hospital Municipal São Sebastião do **Município de Mirabela**.
3. **Doc. nº 3** - Solicitação de reajuste de função e redução de carga horária para 12 horas e redução do vencimento para R\$ 5.000,00 (cinco mil) reais, no **Município de Japonvar** e posterior exoneração com a assinatura do Prefeito do município.
4. **Doc. nº 4** – Portaria nº 09, de 26 de abril de 2018 que exonera o servidor **Rodrigo Honorato Marques** ocupante de cargo comissionado do Instituto de Previdência e Assistência Social de Itacarambi – IPREMI do município de Itacarambi.

Montes Claros, 05 de julho de 2022.



Dra. Vânia Ereni Lima Vieira

OAB/MG – 109.372

PEDIDO DE EXONERAÇÃO

À

Prefeitura municipal de Japonvar-Secretaria de Saúde-Recursos Humanos

(Eu RODRIGO HONORATO MARQUES), inscrito(a) no CPF sob o nº (087292416050) e no RG nº (MG14496170) residente e domiciliado à (Herlindo Silveira), nº (650) - (bairro ibituruna), na cidade de (Montes Claros) - (MG), funcionário da secretaria de saúde, onde exerce as funções de Médico, vem respeitosamente requerer a Vossa Senhoria se digne a conceder-lhe exoneração do cargo a partir do dia 14/02/2022.

Informo que as razões que me levaram a esta decisão são de ordem pessoal e logística.

Aproveito a oportunidade para renovar meus votos de elevada estima e consideração.

Termos em que,

Pede deferimento.

14/02/2022

Rodrigo Honorato Marques



DR. RODRIGO HONORATO MARQUES

521
g**TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO DE TRABALHO**

Empregador MUNICIPIO DE JAPONVAR		CNPJ 01.612.476/0001-46	
Endereço do Empregador RUA CURITIBA, 112			
Bairro CENTRO	Cidade JAPONVAR	UF	CEP 39335-000
Matrícula 1909	Nome do Servidor RODRIGO HONORATO MARQUES		
Endereço do Servidor RUA LUIZ SOUZA GUEDES, 152		Bairro CENTRO	
Cidade MONTES CLAROS		UF MG	CEP 39.400-028
C.P.F. 087.292.416-50	Nº PIS/PASEP 190.50959.74-4	CTPS - Série 0 - 0	Cargo 105 - MEDICO - CLINICO GERAL
Seção 411 - UNIDADES MEDICAS E POSTOS DE		Ficha 755	Banco SAÚDE 15% - 102 (
Data Nascimento 20/06/1988		Data Admissão 28/04/2014	Data Afastamento 14/02/2022
Motivo do Afastamento 4 - Rescisão antecipada do contrato a termo por iniciativa do			Remuneração RS 12.000,00

DISCRIMINAÇÃO / RECIBO DAS VERBAS RESCISÓRIAS

CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO(S) PROVENTO(S)	VALOR	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO(S) DESCONTO(S)	VALOR
55	DIAS TRABALHADOS	2.333,33			
134	13º SALÁRIO PROP. RESCISÃO	416,67			
135	FÉRIAS PROP. RESCISÃO	10.000,00			
136	ADICIONAL FÉRIAS PROP.	3.333,33			
			401	PREVJAP	259,99
			404	IMPOSTO DE RENDA	3.367,47
			411	PREV.MUN. 13 SALARIO	45,83
TOTAL DO(S) PROVENTO(S)		16.083,33	TOTAL DO(S) DESCONTO(S)		3.673,29
			TOTAL LÍQUIDO		12.410,04

DATA DA HOMOLOGAÇÃO	Carimbo / Assinatura do Empregador / Preposto	Imp. Digital do Empregado	Imp. Digital do Resp. Legal
Assinatura do Empregado	Assinatura do Empregado Legal		

RECIBO DO FGTS

Carimbo / Assinatura		Data da Recepção pelo Banco	
Sacado / Nome RODRIGO HONORATO MARQUES		Carimbo Agência - Norma CSA/CIEF-47/74	
Valor do Saque/Depósito	Juros Correção Monetária	Total do Saque	
Impressão Digital do Sacador	Imp. Digital do Responsável	Assinatura do Sacador	
		Assinatura do Responsável Legal	

522
8

Ofício nº 002/2020

06 de agosto de 2020.

Exmo. Senhor Leonardo Durães de Almeida
Prefeito Municipal de Japonvar

Assunto: Reajuste de função e carga horária de cargo efetivo

Excelentíssimo Senhor prefeito,

Eu Rodrigo Honorato Marques, ao cumprimentá-lo cordialmente, através do presente encaminho o documento elaborado com finalidade de solicitar reajuste de função exercida, bem como redução de carga horária e vencimento. De acordo com ofício anterior sobre o mesmo tema, já solicitado previamente em abril.

Atualmente o servidor está lotado a secretaria de saúde como médico clínico, no momento em licença para tratar de interesses particulares, solicita assim readequação de função para Médico especialista em Diagnóstico por imagem/Ultrassonografia. Considerando que o município possui aparelho de ultrassonografia e não possui nenhum profissional com habilitação técnica e titulação médica para exercício legal da função; solicito reajuste do meu cargo a fim de exercê-la. Vale ressaltar que sou único médico exercendo a atividade na região que possui titulação médica nesta área, devidamente registrado no CRMMG sob o RQE nº 46.469.

Solicito readequação da função de médico clínico para Médico especialista em Diagnóstico por imagem/Ultrassonografia. Redução de carga horária para 12 (doze) horas com redução do vencimento para R\$ 5.000,00 (cinco mil) reais

Sendo o que tinha para o momento, reitero votos de estima e apreço.
Atenciosamente,

Rodrigo Honorato Marques
Rodrigo Honorato Marques

PORTARIA Nº. 002/2018 DE 25 DE ABRIL de 2018

Ciente em
26/04/18
[Signature]
Carla P. de Almeida
Secretária Geral

“EXONERA A PEDIDO O SERVIDOR DESTES INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DAS MISSÕES/MG - IPREM”

O Superintendente do Instituto de Previdência Municipal de São João das Missões/MG - IPREM, o Sr. **VAGNER DOS SANTOS OLIVEIRA**, no uso das suas atribuições legais, e com fulcro nas disposições contidas na Portaria nº. **025/2017, de 30 de janeiro de 2017**.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a pedido, o servidor RODRIGO HONORATO MARQUES, do Cargo em Comissão de MÉDICO DO TRABALHO deste INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL, nomeado pela Portaria nº 007/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Instituto de Previdencia Municipal de São João das Missões, 23 de abril de 2018.

[Signature]
VAGNER DOS SANTOS OLIVEIRA
Superintendente



Município de Brasília de Minas

Estado de Minas Gerais

Procuradoria Geral

PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 001/2022

PORTARIA SMFG Nº. 001/2022

RELATÓRIO FINAL

Ilustre Senhor Prefeito Municipal,

Em cumprimento ao que dispõe a Lei nº. 1589, de 31 de maio de 2002 - Estatuto dos Servidores Municipais - passamos a V.S^a. o presente relatório circunstanciado nos tópicos a seguir:

SINOPSE FÁTICA E PROCESSUAL

Este Processo Administrativo foi instaurado através da Portaria SMPFG nº. 01 de 001 de 26 de abril de 2022, tendo por finalidade apurar a acumulação ilegal de cargos e funções públicas e incompatibilidades de horário, conforme recomendação exarada na representação nº 1088889 do TCEMG, em desfavor do servidor Sr. Rodrigo Honorato Marques, ocupante do cargo de Médico do Trabalho, de provimento efetivo, na Secretaria Municipal de Planejamento, Fazenda e Gestão.

Para apuração da denúncia, esta comissão enviou ofícios para o setor de Recursos Humanos da Prefeitura, para a Previdência Municipal e para o Hospital Municipal Senhora Santana, ofícios solicitando informações além da Ficha financeira, folha de ponto e /ou documentação comprobatória efetivo exercício de suas funções, referente ao período de janeiro de 2017 a maio de 2018, fls. (10/11 e 496).

Em resposta o setor de Recursos Humanos da Prefeitura encaminhou o relatório da ficha financeira do servidor no referido período fls. (12/15), a previdência



Município de Brasília de Minas

Estado de Minas Gerais

525
8

Procuradoria Geral

municipal enviou ofício informando que o servidor Rodrigo Honorato Marques é servidor efetivo do município de Brasília de Minas, por esse motivo não possui folha de ponto, que o servidor utilizou as dependências do Instituto de Previdência Municipal para exercer suas funções de médico do trabalho, sendo sanadas todas as demandas a ele solicitadas no período de janeiro de 2017 a maio de 2018 fls.(495). Encaminhou também as perícias realizadas pelo servidor no referido período fls. (262/264 e 275/494). O Diretor Geral do Hospital Municipal Senhora Santana informou que “quanto às informações solicitadas referente às demandas de Dr. Rodrigo Honorato Marques, o mesmo não possui vínculo empregatício com o Hospital Municipal Senhora Sant’Ana”.

O acusado apresentou defesa fls. (19/26), a qual sustenta, em síntese.

- Que não cabe ao servidor determinar a forma como deveriam ser registrados os pontos (manual ou eletronicamente) e arquivar os laudos periciais por ele realizados, uma vez que são atribuições da Administração Pública.
- Que o Município de Brasília de Minas forneceu as cópias dos referidos pontos, devidamente assinados, e dos laudos periciais, comprovando o trabalho realizado na sua integralidade na Representação perante o TCE.
- Que além da folha de ponto, 2017 e 2018, foram elaboradas orientações pelo Município de Brasília de Minas para agendamento prévio e envio dos relatórios médicos. Que os agendamentos foram realizados e o servidor os cumpriu integralmente e que os horários e dias variavam de acordo com a demanda previamente agendada.
- Os relatórios encaminhados (anexos à defesa) comprovam que o servidor cumpriu rigorosamente as exigências do município, e a carga horária designada. Nesse sentido, ressalta-se que o servidor Rodrigo Honorato Marques, durante o período de janeiro de 2017 a maio de 2018, prestou os serviços, cumpriu a carga horária para os quais foi contratado integralmente.



Município de Brasília de Minas

Estado de Minas Gerais

526
8

Procuradoria Geral

- Que as orientações exaradas nos anos de 2017 e 2018, com informações sobre o agendamento e realização de perícias médicas (anexas à defesa) foram cumpridas pelo servidor Dr. Rodrigo Honorato Marques.
- Que a documentação enviada anexo, comprovaram o cumprimento da jornada de trabalho e das atribuições conferidas ao Dr. Rodrigo Honorato Marques, restando inequívoca a inexistência de irregularidades e de prejuízo ao erário, e por razões de justiça, solicita o reconhecimento pela comissão processante de que o Dr. Rodrigo Honorato Marques cumpriu suas atribuições integralmente e de que não causou danos ao erário.
- Que a partir dos agendamentos e solicitações foram realizados os atendimentos e gerados os relatórios das perícias médicas realizadas pelo Dr. Rodrigo Honorato Marques nos anos de 2017 e 2018.
- Que os relatórios dos laudos periciais que comprovam o desempenho das funções por meio das perícias cumpridos tempestivamente.
- Que além das perícias realizadas e comprovadas mediante os agendamentos, o Dr. Rodrigo Honorato atendeu pacientes e realizou perícias presencialmente de acordo com os agendamentos, e nos demais dias se dedicava à elaboração de laudos, avaliações, e envio de documentos por telemedicina.
- Ressalta-se que o servidor Rodrigo Honorato Marques, continua ativo como Médico do trabalho, e que levou comprovação ao município de Brasília de Minas das suas exonerações dos outros vínculos.
- Que extrai-se dos autos da representação que em relação ao Município e Brasília de Minas, não há acúmulo de cargos indevido.
- Que imediatamente após ser notificado do suposto acúmulo indevido, o servidor, cumprindo seu dever, solicitou a exoneração dos cargos/funções incompatíveis e optou pelos 2 cargos efetivos e compatíveis com o Artigo 37, XI “c” da CRFB/88 e consoante interpretação autorizada do artigo 133 da Lei nº 8.112/90 (com redação conferida pela Lei nº 9.527, de 10.12.97).



Município de Brasília de Minas

Estado de Minas Gerais

Procuradoria Geral

- Que o Dr. Rodrigo Honorato Marques, cumpriu rigorosamente a jornada de trabalho, comprovado nos registros dos pontos e dos laudos periciais realizados (conforme a organização específica do órgão responsável).
- Que observa-se a boa-fé do Dr. Rodrigo Honorato Marques em relação a administração pública, além de inexistir danos ao erário.

Realizada a oitiva das testemunhas arroladas pelo acusado, Kézia Cardoso Maciel Moreira, Alindicy Maria Neves dos Reis, José Constantino dos Santos e Adalson Bento de Araújo foram unânimes em afirmar que estavam presentes exercendo suas funções no Instituto de Previdência Municipal e que tem conhecimento da demanda da rotina de serviço de Dr. Rodrigo no período de janeiro de 2017 a maio de 2018. Que dr. Rodrigo atendeu, durante o período de janeiro de 2017 a maio de 2018, a demanda de perícias municipais que eram previamente agendadas, que atendia entre 11:00 horas e 13:00 horas, e a tarde a partir das 13:00 até a noite até quase 20:00 horas, e que às vezes até extrapolava o horário devido a demanda. Que além das perícias o Dr. Rodrigo exercia outras atribuições pertinentes ao cargo de médico do trabalho como junta médica englobam as perícias, reajuste funcional, e demanda jurídica de SST (Saúde e Segurança do Trabalho) e perícias para aposentadoria. Que os atendimentos de dr. Rodrigo foram realizados nas dependências do Instituto sempre com o auxílio de algum servidor do Instituto dentre eles Kézia Cardoso Maciel Moreira, Alindicy Maria Neves dos Reis, José Constantino dos Santos, Adalson Bento de Araújo e Dilma Ruas Rocha. Afirmaram que no período de janeiro de 2017 a maio de 2018 o Dr. Rodrigo cumpriu todas as demandas do município e cumpriu efetivamente a carga horária de 20 horas integralmente. Que não tem conhecimento se dr. Rodrigo se recusou ou descumpriu alguma demanda solicitada, pois toda demanda de perícias pré agendadas foram atendidas, conforme folhas (504/507).

DA ANÁLISE E PARECER

Trata-se de verificação de hipótese de incompatibilidade de jornada de trabalho praticado pelo servidor Rodrigo Honorato Marques, ocupante do cargo de Médico do Trabalho, de provimento efetivo, na Secretaria Municipal de Planejamento



Município de Brasília de Minas

Estado de Minas Gerais

Procuradoria Geral

Fazenda e Gestão e consequentemente se o servidor prestou serviços para os quais fora admitido no período de janeiro de 2017 a maio de 2018.

Verificou-se que o servidor prestou serviços de médico do trabalho nas dependências do Instituto de previdência municipal no período de janeiro de 2017 a maio de 2018 efetivando uma carga horaria de 20 horas semanais conforme demonstra os resultados de perícias médica apresentadas fls. (28/258 e 275/494).

Também através de documentação apresentada constatou-se que o servidor ocupou 5 cargos concomitantemente nos municípios de Brasília de Minas, Japonvar, Mirabela, Itacarambi e São Joao das Missões. Contudo, fora exonerado do cargo de Diretor Clínico do Hospital São Sebastião exercido no município de Mirabela em 01/07/2017 fls. (514). No município de Itacarambi ocupou cargo Médico Perito do Instituto de Previdência e Assistência Social de Itacarambi, com carga horaria de 5 horas mensais, no período de 03/04/2017 a 26/04/2018 data da exoneração fls.(516/517). Também ocupou cargo de médico do trabalho no Município de São João das Missões com carga horaria de 4 horas mensais sendo exonerado em 25/04/2018 fls. (523). Quanto ao cargo exercido em Japonvar o servidor esteve em licença para tratar de interesses particulares pelo período de 06/04/2018 a 06/04/2020 e solicitou exoneração do cargo em 14/02/2022 fls. (512 e 520/522).

Compulsando-se os autos e informações prestadas não foram constatadas condutas capazes de causar prejuízos ou lesão ao patrimônio da Municipalidade de Brasília de Minas. De igual modo, não foi constatado nas condutas aqui apuradas ato ou omissão de servidor público efetivo no período em análise, tendo em vista que prestou serviços públicos para os quais foi designado em Brasília de Minas.

Atualmente o servidor tem vínculo efetivo apenas no município de Brasília de Minas, tendo juntado documentos declarando tal estado bem como comprovantes de exoneração dos outros Municípios.



Município de Brasília de Minas
Estado de Minas Gerais

529
g

Procuradoria Geral

DA CONCLUSÃO

PORTANTO, a Comissão Processante Administrativa, chegou a conclusão que há provas nos autos de que o servidor processado cumpriu com sua jornada de trabalho e que ocupa cargo público apenas no Município de Brasília de Minas.

Ante o exposto, a Comissão Processante Administrativa em estrita observância às normas, **sugere o** arquivamento do presente processo administrativo disciplinar em conformidade com o art. 170, § 4º da Lei Municipal nº 1.589/02, pois ficou constatado nos autos e através de depoimentos e documentos acostados que o servidor Rodrigo Honorato Marques cumpriu sua carga horaria e inexistiu cumulação de cargos públicos.

Brasília de Minas, 07 de julho de 2022

**HUGO VINICIUS
MUNIZ MEIRA**

Assinado de forma digital por
HUGO VINICIUS MUNIZ MEIRA
Dados: 2022.07.07 13:17:46 -03'00'

Presidente da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar MASP-8.150

Gildete Fonseca

Secretaria - MASP 7.593

Gilmar Batista Barbosa

Membro- MASP 1.448



PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASÍLIA DE MINAS
Estado de Minas Gerais

530

TERMO DE ENCERRAMENTO

Aos 07 de julho de 2022 encerram-se os trabalhos da Comissão Processante Disciplinar designada pela Portaria nº 6.830/2021 e, que teve por finalidade apurar os fatos narrados na denúncia efetuada pelo Secretário Municipal de Planejamento, Fazenda e Gestão em desfavor da servidora Sra. Rodrigo Honorato Marques, ocupante do cargo de Médico do Trabalho de provimento efetivo, na Secretário Municipal de Planejamento, Fazenda e Gestão, facultando-se o contraditório e ampla defesa; e eu Gildete Fonseca, Secretaria da Comissão, lavrei o presente termo.

Brasília de Minas, 07 de julho de 2022

Gildete Fonseca

Membro da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar MASP- 7.593



PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASÍLIA DE MINAS
Estado de Minas Gerais

531
9

TERMO DE REMESSA

Aos 08 de julho de 2022, remeto os autos do Processo Administrativo nº 001/2022 que teve por finalidade apurar os fatos narrados na denúncia efetuada pelo que teve por finalidade apurar os fatos narrados na denúncia efetuada pelo Secretário Municipal de Planejamento, Fazenda e Gestão em desfavor da servidora Sra. Rodrigo Honorato Marques, ocupante do cargo de Médico do Trabalho de provimento efetivo, na Secretário Municipal de Planejamento, Fazenda e Gestão, ao Sr. Antônio Ademar Afonso Ruas, para os fins de direito. Do que, para constar, lavrei, na qualidade de Secretaria da Comissão, assino o presente termo.

Brasília de Minas, 07 de julho de 2022

Gildete Fonseca

Membro da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar MASP- 7.593